

CULTURISMO & FITNESS

Nº 2

ODIVELAS

A cidade do
Culturismo:
NACIONAL &
T. RUI FERREIRA

Treina como um
IFBB ELITE PRO,
RUI BAPTISTA



LORDELO repete

**CAMPEONATO
DO NORTE 2018**

DUARTE PACHECO,
do Parlamento
ao Ginásio

Novidades para 2019!

Estreia de
RIO MAIOR com
**CAMPEONATO
DO SUL 2018**

POSTER DA 1ª CAMPEÃ EUROPEIA
ALLISON TESTU



A 'CULTURA FÍSICA' NO DIREITO NACIONAL

A noção de 'cultura física' merece referência expressa na Constituição da República Portuguesa, desde que o "*direito ao desporto e à cultura física*" foi consagrado no artigo 79.º da nossa Lei Magna, como um direito fundamental, preceito que comete às "*associações desportivas*" um papel essencial de colaboração com o Estado.

Não existe na Constituição nem na lei uma definição de 'cultura física' nem tampouco de 'desporto' ou 'atividade física', conceitos que entretanto foram objeto de consagração na 'Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto'. Percebe-se: os conceitos, no seu sentido e alcance, são evolutivos, não são estáticos, pelo que seja atividades como 'desporto' e 'atividade física', seja modalidades desportivas, como a 'cultura física', vão evoluindo, de forma dinâmica, e vividos nesse quadro por quem os promove mais diretamente.

No plano federativo, a promoção, regulamentação e direção da 'cultura física', enquanto modalidade desportiva, esteve na égide da 'Federação Nacional de Cultura Física', de 1994 a 2003. O estatuto de utilidade pública desportiva foi-lhe conferido por despacho governamental, em 1994, mas veio a ser cancelado, por motivos que ora não relevam, no ano de 2003.

Mas a 'cultura física', ainda que sem o exercício dos poderes públicos inerentes à titularidade do estatuto de utilidade pública desportiva, não deixou de estar debaixo de um 'guarda-chuva' em sede de associativismo desportivo, uma vez que já em Agosto de 2001 fora constituída a 'Federação Lusa de Cultura Física' com o objeto social de "[p]romover, regulamentar, dirigir, desenvolver, incentivar, organizar, disciplinar, regulamentar, defender e zelar pela modalidade desportiva de cultura física, designadamente o culturismo, o fitness, a musculação, levantamentos de peso (powerlifting) e força", entidade que vem funcionando deste então.

Mais recentemente, em Janeiro de 2019, a referida 'Federação Lusa de Cultura Física' reuniu, em Assembleia-Geral, e deliberou sobre a alteração da sua denominação social, que passou a ser 'Federação Portuguesa de Culturismo e Fitness' (FPCF), mantendo-se, no essencial, o seu escopo estatutário. Esta designação, preservando o seu 'alinhamento' com a Constituição, a lei e a realidade nacionais, conforma-se agora mais com a designação da IFBB – International Federation of BodyBuilding & Fitness – federação internacional, fundada em 1946, e com sede em Espanha, de que a FPCF é reconhecido e ativo membro.

Existe, pois, uma modalidade desportiva, a 'cultura física', com expressão moderna máxima no culturismo e no fitness (este, sim, um conceito definido por lei, de 2012, como "*manutenção da condição física*"), no âmbito da FPCF, entidade que, apesar de não dotada do estatuto de utilidade pública desportiva, molda os seus estatutos e regulamentos ('disciplinar'; 'eleitoral'; 'antidopagem'; 'prevenção e segurança') com idênticas exigências formais e substanciais de quem exerce poderes públicos, cumprindo o seu papel colaborativo com o Estado, constitucionalmente fixado.

A realidade internacional, comparada, evidencia a força que a cultura física, no geral, e o culturismo e fitness no particular, têm nos estilos de vida de muitos cidadãos/ praticantes desportivos. Com o enquadramento jurídico adequado, é dado o contributo, importante ainda que diminuto face a outras questões, para a promoção da modalidade.

Alexandre Miguel Mestre
Advogado

